



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Superintendência Regional Sul
 Coordenação de Gestão de Orçamento, Finanças e Logística
 Divisão de Engenharia e Patrimônio Imobiliário
 Equipe Especializada de Serviços de Engenharia de Manutenção da SRSUL

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO Nº ____/2022

(Processo Administrativo n.º 35014.230682/2021-41)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para executar serviços de assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, materiais e componentes, de sistemas de climatização com condicionadores de ar tipo de janela (ACJ), tipo mini-split (split), tipo compacto (self contained e splitão), incluindo implantação e revisão de Plano de Manutenção Operação e Controle (PMOC), serviços de manutenção e limpeza higiênico-sanitária de sistemas de dutos de distribuição de ar, serviço de monitoramento dos padrões referenciais de qualidade do ar interior de ambientes, e serviço de remanejamento de condicionadores de ar tipo mini-split nas unidades operacionais do Polo V da Superintendência Regional Sul do INSS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Qtde.	Valor Unitário Máximo Aceitável	Valor parcial	Valor Total Máximo Aceitável
1	Serviços de assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, materiais e componentes, de sistemas de climatização com condicionadores de ar tipo de janela (ACJ)	TR.mês	80,33	55,20	4.434,08	53.208,96
2	Serviços de assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, materiais e componentes, de sistemas de climatização com condicionadores de ar tipo de mini-split	TR.mês	614,58	42,82	26.313,44	315.761,28

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Qtde.	Valor Unitário Máximo Aceitável	Valor parcial	Valor Total Máximo Aceitável
3	Serviços de assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, materiais e componentes, de sistemas de climatização com condicionadores de ar tipo compacto (self contained e splitão)	TR.mês	156,00	37,51	5.851,12	70.213,44
4	Serviço de monitoramento dos padrões referenciais de qualidade do ar interior de ambientes	un. semestre	84	173,00	14.532,00	29.064,00
5	Serviço de manutenção e limpeza higiênico-sanitária de sistemas de dutos de distribuição de ar	m	526	34,84	18.325,84	18.325,84
6	Serviço de remanejamento de condicionadores de ar tipo mini-split	ano	1,00	Conforme composição de custos unitários.		46.727,75

1.2. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela anterior.

1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global para os itens 1 a 3 de execução periódica mensal, e Empreitada por Preço Unitário para o item 4 de execução de periódica semestral sob demanda e para os itens 5 e 6 de execução por demanda da Contratante.

1.5. Os itens estão agrupados em grupo único, sendo adjudicados pelo preço global do grupo.

1.6. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico do Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. O objeto da licitação é parte da solução como um todo.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a

Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

5.1.2. duração inicial do contrato de 12 (doze) meses;

5.1.3. registro da pessoa jurídica no conselho profissional competente no âmbito da área técnica de climatização;

5.1.4. emissão de documento de responsabilidade técnica da execução do objeto contratado por profissional habilitado de acordo com os critérios de seleção do fornecedor, quando houver esse controle de documento estabelecido no conselho profissional do autor;

5.1.5. atribuição aos responsáveis técnicos das responsabilidades do artigo 6º da Portaria MS/GM nº 3.523, de 28 de agosto de 1998 e item VIII da Resolução ANVISA Nº 9, de 2003;

5.1.6. cumprimento e exigência do cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho, conforme Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

5.1.7. execução por profissionais especializados e subordinados ao responsável técnico de cada serviço;

5.1.8. execução, quando nas dependências da Contratante, preferencialmente no horário de funcionamento de suas unidades, a menos que traga riscos a saúde dos ocupantes dos ambientes climatizados;

5.1.9. atendimento à Lei Nº 13.589, de 2018, da Portaria GM/MS Nº 3.523, de 1998, Resolução ANVISA Nº 9, de 2003, e às normas técnicas da ABNT– Associação Brasileira de Normas Técnicas;

5.1.10. atendimento às exigências mínimas estabelecidas nas Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais, da Portaria MARE Nº 2.296, de 23 de julho de 1997, no que couber;

5.1.11. manutenção de pelo menos um acesso ao interior da edificação livre de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

5.1.12. restrição ao uso de eletrodomésticos com Selo Ruído Classe 1, admitindo-se níveis até as duas classes seguintes somente na complementação de três fornecedores em menores níveis de ruído;

5.1.13. uso de produtos de limpeza ou saneantes que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA em sua notificação/registro;

5.1.14. adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada, tomando como referência o instituído no Decreto do Estado de São Paulo nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

5.1.15. participação nas ações previstas no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, quando firmados acordos ou termos de compromisso com o Município no caso de produtos não inclusos no sistema de logística reversa (art. 31, IV, da Lei nº 12.305, de 2010);

5.1.16. acondicionamento adequado e diferenciado de resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis para fins de disponibilização à coleta seletiva;

5.1.17. racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes e do consumo de energia, especialmente elétrica;

5.1.18. recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens;

5.1.19. repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis originárias da contratação, nos termos da Instrução Normativa IBAMA Nº 08, de 3 de setembro de 2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04 de novembro de 2008, e legislação correlata;

5.1.20. limitação de nível máximo de chumbo, cádmio e mercúrio em pilhas e baterias conforme Instrução Normativa IBAMA Nº 08, de 2021;

5.1.21. obediência às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano);

5.1.22. atendimento às diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010;

5.1.23. recolhimento e descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005;

5.1.24. vedação ao uso, na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada

de Ozônio – SDO banidas pelo Protocolo de Montreal nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000;

5.1.25. vedação à liberação intencional de substância controlada na atmosfera durante as atividades que envolvam sua comercialização, envase, recolhimento, regeneração, reciclagem, destinação final ou uso, assim como durante a instalação, manutenção, reparo e funcionamento de equipamentos ou sistemas que utilizem essas substâncias, conforme Instrução Normativa IBAMA nº 5, de 2018;

5.1.26. recolhimento apropriado e destinação aos centros de regeneração e/ou de incineração das substâncias controladas durante os processos de retirada de substâncias controladas de equipamentos ou sistemas, conforme Instrução Normativa IBAMA nº 5, de 2018;

5.1.27. alteração de alocação de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas para climatização de ambientes aonde for indispensável, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01 de 2010;

5.1.28. vedação a baixar a classe de eficiência energética do sistema de climatização existente, visando atingir a máxima classe viável, de acordo com Portaria INMETRO/MDIC Nº 42, de 24 de fevereiro de 2021, atualizada;

5.1.29. transferência de conhecimento de informações de quantitativo e especificações de peças de reposição, organizadas por equipamento, para a transição contratual e histórico de despesas;

5.1.30. transferência do Plano de Manutenção, Operação e Controle com relação atualizada dos equipamentos, instalações e sistemas dos ambientes climatizados que integram o contrato, com registro de todas as atividades a executadas, no prazo de execução do contrato, incluindo o registro de manutenções preventivas, manutenções corretivas, peças de reposição e respectivo equipamento onde foram empregadas, laudos, validações, orçamentos, projetos, medições de grandezas físicas, certificados de garantia, manuais, resultados de análises e ordens de serviço, quando houver, até a transição contratual;

5.1.31. atualização de software para última versão estável disponível do hardware de equipamentos com essa tecnologia;

5.1.32. uso de uniforme e crachás de identificação da Contratada ou Subcontratada para os profissionais disponibilizados para prestação dos serviços quando dentro das dependências do INSS;

5.1.33. priorização do emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 1, de 2010;

5.1.34. recolocação de item de sistemas de climatização para condição de executar sua função depois de prazo aceitável de ocorrência de pane;

5.1.35. redução da probabilidade de falha ou a degradação do funcionamento de item de sistema de climatização mediante intervenção periódica ou de acordo com critérios prescritos;

5.1.36. responsabilidade da Contratada por todos os serviços com fornecimento de materiais de consumo e peças a empregar nos sistemas de climatização cobertos pelo contrato involuntariamente não explícitos neste Termo de Referência, mas necessários à disponibilidade deles aos usuários dos ambientes.

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço e que disponibilizará durante a vigência contratual de equipamentos, ferramentas, instalações físicas apropriadas e específicas, e pessoal técnico especializado descritos no contrato como requisito para celebração do contrato.

5.3. A quantidade estimada de deslocamentos é de 595 (quinhentas e noventa e cinco) horas por ano, com estimativa de R\$ 2.343,37 em tarifas de transporte por ano. Há a necessidade de hospedagem, estimada em 187 (cento e oitenta e sete) diárias por ano.

5.4. As obrigações da Contratante e da Contratada fazem parte dos requisitos da contratação e estão definidas nos itens 11. e 12. respectivamente.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou requisitos da contratação e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações de cada local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira em dia de expediente da unidade, das 8h30min (oito horas e trinta minutos) às 17h (dezessete horas), com agendamento prévio através de contato indicado no edital.

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado,

apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria, seguindo as normas internas do INSS e as normas de segurança pertinentes.

7.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

7.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, dos serviços a executar e de dificuldades técnicas não previstas, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

CRONOGRAMA E PRAZOS

8.1. A Contratada será avisada do início da execução dos serviços nas unidades operacionais com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

8.1.1. Havendo casos em que determinada unidade operacional encontra-se sem contrato de manutenção de ar condicionado vigente, a Contratada iniciará a execução dos serviços nas unidades operacionais imediatamente após a assinatura do contrato, a exemplo das unidades operacionais da região de Santa Maria, as quais terão seu contrato atual de manutenção de ar condicionado encerrado nos dias 08/04/2022.

8.2. O cronograma anual de execução de manutenção preventiva dos sistemas de climatização e das avaliações biológica, química e física das condições do ar interior dos ambientes climatizados deverá ser elaborado pela Contratada com todas as rotinas e etapas estabelecidas para o prazo de execução do contrato, sendo entregue com toda a documentação comprobatória da execução da primeira etapa mensal, tendo o resultado da avaliação pela fiscalização até o prazo do primeiro recebimento definitivo.

8.3. O horário para a execução de serviços é das 7h às 19h em dias úteis.

8.3.1. Quando solicitado pela Administração, os serviços de maior vulto ou de necessidade operacional inadiável ou de execução concomitante com outros serviços terceirizados deverão ser programados para os finais de semana, de forma plena e sem encargos adicionais para o INSS, para não prejudicarem ou paralisarem as atividades locais.

8.3.2. A avaliação de concentração de gás carbônico de ar interno deve preferir o horário de atendimento ao público quando é mais provável a ocupação da zona.

8.3.3. A execução em ambientes que podem estar inacessíveis devem ser agendados com a fiscalização local.

8.4. O prazo de execução de cada etapa do objeto tem periodicidade mensal, considerado o mês de competência do dia 20 (vinte) do mês anterior ao dia 19 (dezenove) do mês de competência.

8.4.1. O prazo de execução da primeira etapa será encerrado no dia 19 (dezenove) imediatamente posterior à assinatura do contrato, ou no do mês seguinte se o período abranger menos de 8 (oito) dias úteis, sendo compensado com período maior ou menor, respectivamente, na última etapa mensal.

8.4.2. A diferença na quantidade de dias nas etapas não gera fracionamento do valor definido para recebimento de itens periódicos mensais, sendo os pagamentos realizados em conformidade com a efetiva prestação dos serviços.

8.4.3. O último prazo de execução de etapa do contrato poderá ser antecipado a critério da Contratante até conter o prazo suficiente para execução, recebimento provisório e definitivo e alguma margem de segurança, se não houver prorrogação do prazo de vigência de execução e do contrato.

8.4.3.1. A Contratada será comunicada formalmente da alteração do prazo com 60 (sessenta) dias de antecedência ou mais.

8.4.4. Na transição contratual imediata de contrato de terceiro com a Contratante para o contrato em questão, sem ausência do serviço no período, o prazo de execução inicia a partir do definido em ordem de serviço da Contratante, enviada com antecedência mínima de 10 (dez) dias ou menor aceita pela Contratada, caso contrário a partir da assinatura do contrato.

8.5. A execução dos serviços será iniciada com o registro de documento de responsabilidade técnica no conselho profissional competente na forma que segue:

8.5.1. A execução de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de climatização e das avaliações biológica, química e física das condições do ar interior dos ambientes climatizados serão iniciadas no prazo da etapa em que foram programadas.

8.6. Ordens de serviço para assistência técnica aos sistemas de climatização terão início da execução no prazo de até:

8.6.1. 2 (dois) dias úteis contados do envio, para unidades localizados a até 150 km por via de transporte até a capital do estado ou unidade da Contratada, a mais próxima;

8.6.2. 3 (três) dias úteis contados do envio, para unidades localizados a mais de 150 km por via de transporte até a capital do estado ou unidade da Contratada, a mais próxima;

8.6.3. 2 (dois) dias corridos contados do envio, para atendimento urgente.

8.7. Ordens de serviço para execução de:

8.7.1. manutenção corretiva, inclusive limpeza de dutos, e tratamento de não conformidade na avaliação do ar interior relacionado ao contrato, serão executados no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do envio, ou prazo superior aprovado pela Contratante;

8.7.2. remanejamentos de mini-split serão executados no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados do envio, coincidente para até 20 (vinte) unidades externas ou internas.

8.7.3. O prazo contado do envio de ordem de serviço será considerado quando enviado em horário comercial, compreendido das 9h às 18h, salvo na condição do item 8.6.3., senão será contado a partir do próximo dia.

8.8. A Contratada deverá disponibilizar à Contratante os contatos ou sistema para envio das ordens de serviço até o dia útil seguinte à assinatura do contrato, cuja verificação seja diária, pelo menos.

8.9. Sistemas de climatização com ordem de serviço (OS) de assistência técnica não atendida ou atendida e pendente de manutenção corretiva (reparo ou substituição de componente) durante transição de etapa serão considerados em não conformidade no indicador de manutenção preventiva a partir da etapa seguinte da data de envio da OS quando a manutenção preventiva estiver regular, caso contrário a partir da etapa finalizada, mantendo-se a condição até a etapa anterior da data de regularização da OS recebida pela fiscalização.

8.9.1. Sistemas de climatização cobertos pelo contrato, indisponíveis por mais de uma etapa e sem manutenção preventiva no período deverão receber na etapa de retorno a execução das rotinas perdidas.

RECURSOS MATERIAIS E ESPECIFICAÇÕES

GENERALIDADES

8.10. As práticas de manutenção descritas neste Termo de Referência devem ser aplicadas em conjunto com as recomendações de manutenção mecânica da NBR 13.971 - Sistemas de Refrigeração, Condicionamento de Ar e Ventilação - Manutenção Programada da ABNT, Procedimentos para Limpeza e Higienização de Dutos conforme com a NBR 14.679 da ABNT, assim como ao disposto no capítulo Práticas de Manutenção, Anexo 3, itens 2.6.3 e 2.6.4 da Portaria nº 2.296 de 23/07/97, Práticas de Projeto, Construção e Manutenção dos Edifícios Públicos Federais, do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE, e na Portaria Nº 3.523 de 28/08/98 do Ministério da Saúde e Resolução RE nº 9 de 16 de janeiro de 2003 da ANVISA além da lei 13.589 de 04/01/2018.

8.11. Os materiais a serem disponibilizados estão relacionados em lista não exaustiva do item 9., considerando que a Contratada fornecerá:

8.11.1. Todas e quaisquer peças e componentes, cuja substituição se faça necessária para o perfeito funcionamento dos equipamentos, inclusive seus suportes (condensador/evaporador).

8.11.1.1. As peças e componentes deverão ser substituídas por outras novas, com garantia e em conformidade com as recomendações do fabricante do equipamento, caso contrário a Contratada deverá submeter sua melhor proposta conforme obrigação 12.14.

8.11.1.2. Nos equipamentos em garantia serão realizados apenas os serviços preventivos, cabendo ao garantidor o fornecimento e a troca das peças necessárias ao perfeito funcionamento dos equipamentos, enquanto que depois deste tempo a parcialidade dos serviços cessará e toda a responsabilidade de manutenção estará sobre a Contratada.

8.11.2. Todo material de consumo necessários à execução dos serviços, tais como: saneantes (detergentes, fungicidas, bactericidas), lubrificantes, trapos, panos, estopas, varetas de brasagem, espumas para vedação, produtos de pinturas, gases industriais, fluidos refrigerantes etc.

8.11.2.1. A diluição dos saneantes deve ser a menos agressiva para atingir o resultado pretendido, sendo informada à fiscalização antes da execução.

8.11.3. Todo instrumental (inclusive escadas, plataformas e/ou andaimes), equipamentos de proteção individual (EPIs), dispositivos de sinalização, meios de transporte entre unidades e ferramentas adequadas à execução dos serviços.

8.12. A Contratada deverá identificar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Administração ou de

terceiros. Será de inteira responsabilidade da Contratada a guarda dos materiais e equipamentos utilizados na execução dos serviços. Nenhum material pode ser depositado em áreas em uso pelo INSS a não ser de forma transitória e com autorização dos responsáveis pela área.

8.13. Os serviços seguirão as recomendações dos fabricantes, códigos de obras municipais, normativos de condomínio (se houver), contratos de locação (se houver), resultados de cargas térmicas dos ambientes e boas práticas em sistemas de ar condicionado.

8.13.1. Na hipótese de omissão ou inexistência de normas nacionais, serão observadas as editadas pelos seguintes órgãos: ANSI (American National Institute Standard), AHRI (Air Conditioning and Refrigeration Institute), ASHRAE (American Society of Heating Refrigeration and Air Conditioning Engineers), DIN (Deutsches Institut für Normung), NEMA (National Electrical Manufacturers Association), NFPA (National Fire Protection Association), AMCA (Air Moving and Conditioning Association, Inc) e SMACNA (Sheet Metal and Air Conditioning Contractors National Association).

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA

8.14. Os serviços de manutenção preventiva serão executados em visitas técnicas em frequência mínima mensal, com agendamento antecipado, tendo o objetivo de reduzir falhas ou mau funcionamento, fazendo parte o(a):

8.14.1. Amostragem e análise de avaliação da qualidade de substância necessária para se caracterizar o funcionamento dos equipamentos;

8.14.2. Complemento de fluido, se necessário;

8.14.3. Desobstrução de sistema de drenagem, se necessário;

8.14.4. Eliminação de danos e focos de corrosão, quando houver;

8.14.5. Fixação correta de componente;

8.14.6. Lubrificação de partes móveis, se necessário;

8.14.7. Higienização e limpeza de superfícies, elementos e drenagem;

8.14.8. Identificação de funcionamento através de parâmetros com base em dados coletados;

8.14.9. Medição com instrumentos e registro de toda a grandeza física necessária para se caracterizar o funcionamento dos equipamentos;

8.14.10. Operação de manobra de válvulas, quando houver;

8.14.11. Purga do ar do sistema;

8.14.12. Restabelecimento de condições de referência através de regulagem e ajustes, se necessário;

8.14.13. Substituição de elementos (descartáveis periodicamente, e outros se necessário);

8.14.14. Vedação de frestas de estrutura de filtros e entre equipamento e edificação;

8.14.15. Checagem, verificação e registro de condições.

8.15. A manutenção preventiva deverá ser feita independentemente de ter havido manutenção corretiva na etapa mensal, devendo ser emitido relatório de atendimento específico para cada tipo de manutenção.

SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E MANUTENÇÃO CORRETIVA

8.16. Conjunto de serviços e recursos mobilizados após ocorrência de defeitos ou falhas no funcionamento de instalações, equipamentos e sistemas, por falhas, ou vencimento da vida útil de componentes, que resultem na recuperação do estado de uso, de operação ou para que o valor do patrimônio seja garantido. Neste item incluem-se os serviços necessários de recomposição de acabamentos ou de componentes afetados, conforme o existente. Os custos envolvidos em tais serviços serão de inteira responsabilidade da Contratada.

8.17. Essa manutenção consistirá no atendimento às solicitações do INSS, quantas vezes forem necessárias, sem qualquer ônus adicional, sempre que houver paralisação por quebra do equipamento, ou quando for detectada a necessidade de recuperação, substituição de peças ou para a correção de defeitos detectados durante a manutenção preventiva ou que venham a prejudicar o funcionamento de quaisquer dos equipamentos, inclusive a substituição dos suportes dos equipamentos (condensador/evaporador) quando necessário.

8.18. O fornecimento de todas e quaisquer peças e componentes, cuja substituição se faça necessária para o perfeito funcionamento dos equipamentos, inclusive seus suportes (condensador/evaporador) é de responsabilidade da Contratada e deve compor os custos dos serviços de assistência técnica e manutenção corretiva de sua proposta.

SERVIÇO DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DO AR INTERIOR DE AMBIENTES

8.19. O serviço seguirá o que dispõe a Resolução nº 09 de 16 de janeiro de 2003 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), sendo executado por empresa especializada que possua acreditação laboratorial registrada pela ANVISA ou INMETRO, em frequência semestral, por demanda (não será distribuído nos custos mensais).

8.20. O responsável técnico deverá proceder de forma quantitativa e qualitativa a análise microbiológica, química e física da qualidade do ar interior dos ambientes climatizados, com interpretação e sugestões de ações corretivas, se necessário.

8.21. Os resultados das análises deverão ser apresentadas à Contratante com documentação de responsabilidade técnica dos profissionais responsáveis.

SERVIÇO DE LIMPEZA MECÂNICA INTERNA DE DUTOS DE DISTRIBUIÇÃO DE AR

8.22. A limpeza interna através de escovação mecânica, higienização e descontaminação de dutos de distribuição de ar em caráter corretiva, conforme ABNT NBR 14679:2012, poderá ser executada em todos os dutos, incluindo os de tomadas de ar exterior, até o limite de uma vez ao ano, mas somente quando caracterizada a necessidade pelos critérios da ABNT NBR 15848:2010 (Anexo A da norma).

8.23. Empresa especializada executará o serviço, e emitirá atestado de limpeza e relatório técnico entregue ao Fiscal Técnico. A execução do serviço será por demanda (não será distribuído nos custos mensais), sendo solicitada por ordem de serviço emitida a critério da Administração.

8.24. A Contratada deverá:

8.24.1. Disponibilizar os resultados de inspeção visual das partes internas com descrição das principais fontes de contaminação e não conformidades encontradas, incluindo fotos das condições internas dos dutos antes e depois da higienização (as principais em formato físico ou digital desde que suficientes para caracterização total do sistema).

8.24.2. Fornecer o detalhamento dos serviços, com metodologia de execução, equipamentos e produtos empregados e método de avaliação dos resultados, assim como os danos e irregularidades encontradas com sugestão de soluções.

8.24.3. Comprovar a eficácia dos serviços executados, incluindo laudo de avaliação microbiológica, física e química do ar ambiente, emitido por laboratório habilitado após higienização.

8.24.4. Localizar e identificar eventuais aberturas de acesso aos dutos.

SERVIÇO DE REMANEJAMENTO DE CONDICIONADORES DE AR TIPO MINI-SPLITS

8.25. Os remanejamentos estimados para o período serão distribuídos entre as localidades conforme necessidade e disponibilidade, executados por demanda e sujeitos à ordem de serviço atestada pelo fiscal técnico.

8.26. O remanejamento será com fornecimento de materiais para fixação, interligação elétrica e frigorífica e ligação a ponto de drenagem e energia mais próximo.

8.26.1. A reutilização de infraestrutura deverá ocorrer quando aprovado em teste de estanqueidade, compatível às especificações e com vida útil compatível com o equipamento.

8.27. A nova alocação, restrita a ambientes onde a climatização for indispensável, será proposta pelo Responsável Técnico à aprovação por servidor tecnicamente habilitado do quadro do INSS ou assessorado pelo mesmo, sendo instalado cada equipamento de acordo com o projeto aprovado, recomendações do fabricante, código de obras municipal, estatuto e regimento de condomínio (se houver), contrato de locação (se houver), carga térmica do ambiente e as boas práticas de engenharia.

8.28. A documentação comprobatória da execução das ordens de serviço de remanejamento deverá ser entregue com os demais documentos da etapa para comporem o mesmo recebimento provisório.

8.29. O serviço atenderá remanejamentos de interesse da Contratante e casos fortuitos ou de força maior, para restabelecer o funcionamento pleno de sistemas de climatização.

8.30. A formação de preços de referência e produtividade de Ordens de Serviço seguirão a ordem de preferência de fontes e o procedimento descritos no Decreto N° 7.983, de 2013, sendo o SINAPI a principal fonte.

8.31. O desconto do preço total do item na proposta em relação ao apresentado no orçamento de referência da Administração na licitação servirá de desconto no preço de referência de cada Ordem de Serviço do item, aplicado de forma linear, tomando como referência temporal a data da proposta e de reajustes, e local o endereço da execução do serviço ou o mais próximo.

8.32. A formação de preços proposta para a Ordem de Serviço será aprovada pela fiscalização técnica seguindo os normativos sobre pesquisa de preços para a Administração Pública Federal, sendo revisado o preço de referência quando houver fontes equivalentes ou preferenciais de menor valor que representem o mercado.

8.33. A média será preferida à mediana quando o coeficiente de variação for menor que 25%.

LINHAS FRIGORÍFICAS

8.34. As linhas de líquido e gás das deverão ser projetadas de acordo com as especificações técnicas constantes no manual de instalação dos equipamentos, utilizando somente conexões para derivações originais

do fabricante, respeitando o raio de curvatura mínimo, com conexões do tipo porca flange nas saídas das unidades evaporadoras e condensadoras.

8.35. A interligação frigorífica entre o condensador e as unidades evaporadoras será executada por meio de tubos de cobre fosforoso, flexíveis até bitolas menores que 3/4" (19,1 mm) e rígidos nos demais casos, sem costura e de acordo com a NBR 7541, desoxidados, nas bitolas e espessuras recomendadas pelo fabricante, com solda do tipo brasagem quando necessária.

8.36. Deverão ser realizadas nas linhas limpas o teste de estanqueidade com nitrogênio seco a 550 psig (4,14 MPa) para sistemas com R-410A e 300 psig (2070 kPa) para sistemas com R-22. A detecção de vazamentos deverá ser feita pelo método com espuma de sabão ou outro mais sensível aprovado pela Contratante.

8.37. A limpeza do circuito deverá ser feita com nitrogênio seco sem oxigênio antes da evacuação do circuito.

8.38. Constatada a estanqueidade, a evacuação com bomba de vácuo ligada ao sistema com vacuômetro até pressão entre 250 µmHg e 500 µmHg (33,3 Pa e 66,7 Pa) e quebra de vácuo com nitrogênio seco (mínimo de 95% de pureza) para qualidade do serviço.

8.39. Havendo necessidade de alterar a quantidade de fluido refrigerante no sistema, essa alteração deverá ser monitorada por manômetro, balança, termômetro e amperímetro e registrada.

8.40. As conexões deverão ser em cobre, bronze ou latão com bolsas lisas para solda. O processo de junção dos tubos com as conexões deverá ser feito por brasagem capilar utilizando varetas foscoper ou prata, pasta para brasagem e fluxo de nitrogênio. Deverão ser tomadas todas as precauções necessárias contra a formação de oxidação no interior dos tubos de cobre.

8.41. Todas as tubulações frigoríficas sob a laje e acima do forro seguirão por suportes em barras roscadas e perfilado perfurado de chapa de aço galvanizado, com proteção contra amassamento do isolamento, ficando uma distância máxima de 2,5 metros entre suportes.

8.42. O isolamento térmico das tubulações frigoríficas deverá atender à Portaria INMETRO N° 42, de 24 de fevereiro de 2021 e que não propague chama.

8.43. Em trechos externos expostos ao tempo, o isolamento deverá receber proteção mecânica e contra raios UV, inclusive em curvas e conexões. O isolamento será contínuo, inclusive na passagem das tubulações por paredes, vigas ou lajes. Os segmentos e cortes deverão ser unidos com adesivo de contato a base de cloropropileno ou outra borracha compatível, livre de tolueno.

8.44. A passagem das tubulações através da edificação deve prever proteção contra entrada de água da chuva e infiltração.

ACESSÓRIOS

8.45. As tubulações nos ambientes internos passarão preferencialmente por cima do forro ou embutida na alvenaria sempre que favorável, senão por calhas plásticas quando aparentes.

8.46. As passagens da tubulação através ou ao longo das paredes de alvenaria deverá ser protegida por tubos de material inerte, evitando o contato direto do cobre com a argamassa de cimento/cal o que poderia provocar a perfuração das paredes da tubulação frigorífica.

8.47. Todas as intervenções necessárias em alvenaria como furação, reboco, acabamento, pintura e posterior limpeza deverão ser realizadas pela CONTRATADA. Qualquer intervenção deverá manter o padrão de acabamento do ambiente ou superior aprovado.

8.48. Não será admitida abertura de furo ou qualquer outra modificação significativa na estrutura das edificações (vigas, lajes e pilares).

8.49. Todas as interligações necessárias (elétricas, frigoríficas etc.) deverão ser efetuadas de forma a preservar a total estanqueidade dos gabinetes, utilizando-se silicone e prensa cabos para a vedação final.

8.50. Todos os furos que forem necessários abrir nos condicionadores devem ser feitos ou previstos em fábrica e não em campo.

8.51. As unidades condensadoras ficarão localizadas nos locais indicados pelo fiscal técnico do contrato, preferencialmente em locais abertos e de menor incidência de radiação solar, em bases cimentadas ou suportes próprios para o equipamento, apoiados sobre amortecedores de vibração confeccionados em borracha, com dureza mínima de 50 Shore A e altura mínima de 30 mm. As unidades condensadoras nunca serão apoiadas sobre as marquises do prédio, com exceção dos locais em que for observada a liberação pelo fiscal.

8.52. Os suportes serão de alumínio ou aço inoxidável para regiões litorâneas ou de aço galvanizado para as demais condições, com parafusos compatíveis, ancoragem na parede, sem apresentar deformação permanente depois de apoiado o condicionador e ressonância da estrutura com a operação das máquinas.

8.53. As unidades internas serão alocadas de forma a favorecer a homogeneidade da climatização,

conforme orientações do fabricante e indicação do projeto, livre de interferências de lâmpadas e aparelhos eletrônicos que comprometam o comando do aparelho.

DRENAGEM DE ÁGUA DE CONDENSAÇÃO

8.54. A água de condensação deverá ser encaminhada conforme orientação do fabricante, preferencialmente por escoamento natural com inclinação mínima de 2%, obrigatoriamente em tubulação de cloreto de polivinil (PVC) ligada ao ponto de dreno disponibilizado pela Contratante, com isolamento suficiente para que não ocorra condensação nas partes internas da edificação. O isolamento deverá ser de espuma elastomérica, com espessura mínima de 6 mm.

8.55. Quando ocorrer a inexistência do ponto de dreno, a Contratada instalará tubulação de drenagem em tubo de PVC rígidos, que apenas passará pela parede e seguirá até o nível do solo, fixada por parafusos e abraçadeiras, em cor que torne discreta a instalação.

LIGAÇÕES ELÉTRICAS

8.56. As máquinas deverão ser ligadas aos pontos de energia de forma que cada condicionador seja alimentado por circuito exclusivo, passando por um quadro distribuidor específico para os condicionadores de ar antes de chegar ao quadro geral atendendo à ABNT NBR 5410:2005 e especificações da concessionária local. Os pontos de energia serão fornecidos pela Contratante que serão disponibilizadas de forma concomitante com a execução da instalação dos equipamentos pela Contratada.

8.57. Compreenderão o serviço todas as interligações a partir dos pontos de energia e aterramento providenciados pela Contratante, os quais deverão atender as normas da ABNT e regulamentos da concessionária de energia elétrica, bem como as instruções dos fabricantes dos componentes do sistema.

8.58. Para conexão entre os eletrodutos rígidos e as máquinas, será admitido o uso de eletrodutos flexíveis com alma de aço (sealtube), porém seu comprimento não deverá ultrapassar 70 cm.

8.59. Toda a fiação deverá ser feita em cabo multipolar de cobre, flexível, classe 4 ou 5, isolamento em HEPR, cobertura em PVC-ST2, antichama BWF-B, 0,6/1 kV, quando atenderem áreas externas, e em cabo flexível PVC 750 V, quando atendem exclusivamente áreas internas, com encapamento termoplástico, seção mínima recomendada pelo fabricante, com selo de conformidade do INMETRO (NBR) comprovando sua qualidade e com suas características impressas na sua capa isolante.

8.60. A interligação elétrica entre evaporadora e condensadora será de total responsabilidade da Contratada, bem como a interligação ao ponto elétrico fornecido pelo Contratante (que ficará próximo ao equipamento), bem como todos os testes necessários para o pleno funcionamento dos equipamentos.

8.61. Todos os equipamentos deverão possuir aterramento, que serão disponibilizados pela Contratante.

FLUIDO REFRIGERANTE

8.62. Os fluidos refrigerantes deverão atender a NBR 16667:2018, AHRI 700:2018 ou aquela que venha a substituí-las. Para utilização deverá ser apresentada à fiscalização a Folha de Informação de Segurança do Produto Químico (FISPQ) do fluido. Poderá ser solicitada a apresentação do certificado de análise do fluido para verificação de conformidade.

8.63. Os reservatórios descartáveis dos fluidos refrigerantes não deverão ser deixados vazios nas unidades da Contratante, mas recolhidos para tratamento de resíduo sólido, seguindo as orientações do fornecedor marcadas.

RECURSOS HUMANOS

8.64. A Contratada disponibilizará equipe de profissionais suficientes para a execução dos serviços, com, pelo menos, os seguintes títulos e formação:

8.64.1. Técnico em Climatização qualificado ou habilitado (CBO 3141-15), ou equivalente, orientado por profissional habilitado quando apenas qualificado;

8.64.2. Auxiliar Técnico de Refrigeração qualificado ou capacitado (CBO 9112-05), ou equivalente, orientado por profissional qualificado ou habilitado quando apenas capacitado, quando houver;

8.64.3. Engenheiro Mecânico habilitado (CBO 2144-05), ou equivalente;

8.64.4. Farmacêutico habilitado (CBO 2234-30), ou equivalente.

8.65. As formações e atividades de cada profissional estão definidas no relatório das respectivas famílias da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, atendidos os normativos do conselho profissional competente e legislação atinente.

8.66. O responsável técnico habilitado e aceito pelo critério de capacidade técnico-profissional deverá participar da execução dos serviços.

8.67. As atribuições de responsável técnico habilitado para serviço de manutenção dos sistemas de climatização são:

8.67.1. Supervisionar, orientar, coordenar e fiscalizar os serviços sob sua responsabilidade;

- 8.67.2. Registrar documento de responsabilidade técnica em seu conselho profissional;
- 8.67.3. Prover contato técnico da parte da Contratada para o INSS;
- 8.67.4. Envidar esforços para a melhoria contínua da qualidade dos serviços executados pela equipe;
- 8.67.5. Assumir a responsabilidade técnica dos serviços executados pela equipe;
- 8.67.6. Elaborar, implantar, executar e revisar o Plano de Manutenção Operação e Controle (PMOC) dos sistemas de climatização descritos nas atividades técnicas do seu documento de responsabilidade técnica;
- 8.67.7. As atribuições do artigo 6º da Portaria GM/MS Nº 3.523, de 1998, e capítulo VIII da Resolução ANVISA Nº 9, de 2003, de sua responsabilidade.
- 8.68. As atribuições de responsável técnico habilitado pelos procedimentos de amostragem, medições e análises laboratoriais das avaliações do ar interior estão no artigo 6º da Portaria GM/MS Nº 3.523, de 1998, e capítulo VIII da Resolução ANVISA Nº 9, de 2003, relacionado à parcela que executou do PMOC.

ROTINAS DE EXECUÇÃO

MANUTENÇÃO PREVENTIVA

8.69. A programação da manutenção preventiva dos sistemas de climatização elaborada pela Contratada deverá obedecer às rotinas descritas a seguir:

8.69.1. CONDICIONADORES DE AR DE JANELA

8.69.1.1. ROTINA MENSAL

- a) limpar painel frontal;
- b) limpar filtro de ar (trocar se necessário);
- c) verificar grades de ventilação e exaustão;
- d) verificar e corrigir ruídos e vibrações anormais;
- e) limpar dreno, bandeja do condensado;
- f) verificar a operação de drenagem de água da bandeja e de todo o sistema de drenagem externo;
- g) verificar regulagem do termostato de operação (ajustar se necessário);
- h) verificar ação da válvula de reversão do ciclo de refrigeração (se houver);
- i) verificar ação da chave seletora;
- j) verificar vazamento de refrigerante (corrigir se houver);
- k) verificar a instalação elétrica (corrigir se necessário);
- l) verificar e ajustar parafusos de fixação dos componentes;
- m) eliminar focos de oxidação e sujeiras em geral;
- n) eliminar vazamentos de água fora dos drenos;
- o) verificar e eliminar frestas dos filtros;
- p) medir e registrar temperatura de ar de retorno e de insuflamento da evaporadora;

8.69.1.2. ROTINA TRIMESTRAL

- a) verificar e limpar serpentinas do evaporador e condensador (desarmar dobras);
- b) medir e registrar temperatura de ar de entrada e de saída da condensadora (quando acessível);
- c) medir e registrar tensão de alimentação;
- d) medir e registrar corrente elétrica de alimentação.

8.69.1.3. ROTINA SEMESTRAL

- a) desincrustar por lavagem com água e saneante as serpentinas do condensador e do evaporador;
- b) verificar aletas das serpentinas (desarmar dobras);
- c) verificar e limpar rotores/hélices dos ventiladores;
- d) verificar vedação dos painéis do gabinete do aparelho.

8.69.1.4. ROTINA ANUAL

- a) retirar e desmontar para análise, limpeza geral e impermeabilização (se necessário);
- b) retocar pintura;
- c) lubrificar (se necessário) motor/mancais dos ventiladores, eliminar sujeira, danos e corrosão;
- d) verificar e corrigir revestimentos protetores e isolamentos térmicos do gabinete e tubulações;
- e) verificar todos os dispositivos de segurança e controle (ajustar se necessário);
- f) verificar a existência de bolores no isolamento termoacústico e promover os devidos reparos;
- g) verificar vazamentos nas ligações flexíveis;
- h) verificar a operação dos amortecedores de vibração do compressor.

8.69.2. CONDICIONADORES DE AR TIPO MINI-SPLIT

8.69.2.1. ROTINA MENSAL

- a) limpar externa e internamente o equipamento e acessórios em geral;
- b) limpar filtros de ar (trocar se necessário);

- c) limpar o sistema de drenagem (se necessário);
- d) limpar a bandeja de condensado;
- e) verificar fecho das tampas e parafusos dos painéis, completando o que faltar;
- f) verificar e corrigir ruídos e vibrações anormais;
- g) verificar fixação e alinhamento dos elementos de acionamento/transmissão mecânica dos ventiladores (corrigir se necessário);
- h) verificar e corrigir vazamentos de ar, refrigerante e óleo;
- i) verificar contaminação do sistema através do visor da linha de líquido e filtro secador (quando houver);
- j) verificar botoeiras, interruptores e sinaleiros;
- k) conferir regulagem dos termostatos;
- l) verificar vibração do capilar ou mau funcionamento do dispositivo de expansão;
- m) eliminar danos e corrosão na estrutura da máquina;
- n) corrigir danos no isolamento térmico de componentes em gabinetes da máquina;
- o) verificar funcionamento dos dispositivos de controle e proteção, regular se necessário;
- p) eliminar sujeira na área técnica e tomada de ar externo;
- q) verificar funcionamento das resistências de cárter (quando houver), substituindo defeituosas;
- r) medir e registrar temperatura de ar de retorno e de insuflamento da evaporadora.

8.69.2.2. ROTINA TRIMESTRAL

- a) manobrar válvulas de serviço do princípio ao fim do curso (se houver);
- b) verificar e limpar serpentinas do evaporador e condensador (desarmar dobras);
- c) verificar e ajustar funcionamento da válvula solenoide (se houver);
- d) verificar todos dispositivos de medição, controle e segurança, como termostato, pressostato e relé térmico (ajustar se necessário);
- e) verificar e limpar rotores/hélices dos ventiladores;
- f) medir e registrar temperatura de ar de entrada e de saída da condensadora (quando acessível)
- g) medir e registrar tensão de alimentação;
- h) medir e registrar corrente elétrica de alimentação;
- i) eliminar pontos de corrosão (se necessário).

8.69.2.3. ROTINA SEMESTRAL

- a) medir e registrar resistência do isolamento do compressor;
- b) reapertar todas as conexões elétricas e mecânicas;
- c) verificar terminais e contatos elétricos e sua identificação (substituir se necessário);
- d) limpar rotores/ventiladores com jato de água;
- e) desincrustar por lavagem com água e saneante as serpentinas do condensador e do evaporador;
- f) verificar e corrigir danos no isolamento térmico da rede frigorígena;
- g) retocar pintura da máquina (se necessário);
- h) limpar e corrigir fixação de difusores e grelhas;
- i) lubrificar rolamentos e mancais (se necessário);
- j) verificar estado de fixação de motores e compressores nas bases, corrigindo se necessário.

8.69.3. CONDICIONADOR DE AR COMPACTO, TIPO SELF CONTAINED E SPLITÃO

8.69.3.1. ROTINA MENSAL

- a) limpar externa e internamente o equipamento e acessórios em geral;
- b) limpar filtros de ar (trocar se necessário);
- c) limpar o sistema de drenagem (se necessário);
- d) limpar a bandeja de condensado;
- e) verificar fecho das tampas e parafusos dos painéis, completando o que faltar;
- f) verificar e corrigir ruídos e vibrações anormais;
- g) verificar fixação e alinhamento dos elementos de acionamento/transmissão mecânica dos ventiladores (corrigir se necessário);
- h) verificar tensão das correias (quando houver, ajustando quando necessário);
- i) verificar e corrigir vazamentos de ar, refrigerante e óleo;
- j) verificar contaminação do sistema através do visor da linha de líquido e filtro secador (quando houver);
- k) conferir botoeiras, interruptores e sinaleiros;
- l) conferir regulagem dos termostatos;
- m) verificar vibração do capilar ou mau funcionamento do dispositivo de expansão;
- n) verificar e corrigir nível de óleo do compressor (se semi-hermético ou aberto);
- o) verificar carga de refrigerante (acertar se necessário);

- p) verificar e corrigir fixação de terminais, cabos e conexões elétricas;
- q) eliminar focos de oxidação (se necessário);
- r) lubrificar mancais e rolamentos dos motores e dos ventiladores (se necessário);
- s) verificar e ajustar parafusos de fixação dos componentes;
- t) verificar eletrodutos e conduítes;
- u) verificar e corrigir revestimentos protetores e isolamentos térmicos do gabinete, tubulações e dutos (inclusive através das portas de inspeção);
- v) verificar terminais e contatos elétricos e sua identificação (substituir se necessário);
- w) verificar e eliminar corpos e objetos estranhos à casa de máquinas e na tomada de ar externa;
- x) verificar funcionamento de resistência de cárter e substituir se necessário (quando houver);
- y) verificar o escoamento d'água e sifão nos ralos;
- z) aplicar nas bandejas das máquinas produtos inibidores, visando evitar a proliferação de bactérias e fungos na água;
- aa) medir diferencial de pressão dos filtros de ar do condicionador e da tomada de ar externo da casa de máquinas;
- bb) medir e registrar tensão e corrente elétrica, motores e compressores;
- cc) medir e registrar pressão de alta e baixa, pressão de óleo, temperaturas de entrada e saída do evaporador e do condensador;
- dd) medir temperatura de insuflamento e de retorno nos ambientes.

8.69.3.2. ROTINA TRIMESTRAL

- a) manobrar válvulas de serviço do princípio ao fim do curso (se houver);
- b) verificar e limpar serpentinas do evaporador e condensador (desarmar dobras);
- c) verificar e ajustar funcionamento da válvula solenoide (se houver);
- d) verificar todos dispositivos de medição, controle e segurança, como termostato, pressostato e relé térmico (ajustar se necessário);
- e) analisar estado do óleo do compressor e trocar (se necessário);
- f) verificar e limpar rotores/hélices dos ventiladores;
- g) medir e registrar resistência do isolamento dos motores e compressores;
- h) medir e registrar vazão de ar de insuflamento, retorno e tomada de ar externo.

8.69.3.3. ROTINA SEMESTRAL

- a) retocar pintura e providenciar proteção da bandeja com tinta anticorrosiva (se necessário);
- b) verificar, corrigir ou substituir isolamento termoacústico do condicionador;
- c) verificar e corrigir danos no isolamento térmico da rede frigorígena;
- d) verificar nível de óleo dos compressores;
- e) verificar contaminação através do visor de líquido ou filtro secador (quando houver);
- f) medir diferencial de pressão na tomada de ar externa;
- g) medir tensão e corrente elétrica de alimentação.

8.69.4. CENTRAIS MULTI-SPLIT VRF/VRV

8.69.4.1. ROTINA MENSAL

- a) limpar externa e internamente o equipamento e acessórios em geral;
- b) limpar filtros de ar (trocar se necessário);
- c) limpar o sistema de drenagem (se necessário);
- d) limpar bandeja de condensado;
- e) verificar e corrigir ruídos e vibrações anormais em todo o sistema;
- f) verificar e corrigir vazamentos de ar, refrigerante e óleo;
- g) eliminar focos de oxidação (se necessário);
- h) verificar e eliminar corpos e objetos estranhos à casa de máquinas (quando houver);
- i) verificar e eliminar corpos e objetos estranhos na tomada de ar externa;
- j) verificar o escoamento d'água nos ralos da casa de máquinas (quando houver);
- k) aplicar nas bandejas das máquinas produtos inibidores, visando evitar a proliferação de bactérias e fungos na água.

8.69.4.2. ROTINA SEMESTRAL

- a) verificar as correias do ventilador, ajustar e trocar (se necessário);
- b) verificar vazamentos e danos físicos na bandeja, conexões e tubulações do dreno, reaperto das braçadeiras, reparo dos componentes ou troca (se necessário);
- c) verificar a drenagem, obstrução, deterioração ou mau funcionamento da bomba de dreno, limpar a bomba e verificar a coluna de água, efetuar a troca das partes danificadas (se necessário);

- d) realizar inspeção no sistema do compressor quanto a vibração ou ruído anormais, isolamento elétrico do motor e danos ao sistema elétrico, efetuando a troca de itens danificados (se necessário);
- e) inspecionar a Válvula de Expansão Eletrônica, circulação do refrigerante, realizar teste tátil ou via software, trocar atuador ou válvula completa (se danificado);
- f) inspecionar todo sistema de circulação do refrigerante, tubulação, válvula solenoide e reversora, acumuladores ou tanques, realizar teste audiovisual quanto a oxidações, vibrações, ruídos, e referente a operação da válvula efetuar teste tátil e com megômetro. Em caso de danos, substituir se necessário;
- g) verificar nos trocadores de calor obstruções ou danos e possíveis vazamentos de refrigerante ou óleo, efetuar limpeza, correção de danos ao aletado e em caso de vazamento realizar o reparo ou substituição (se necessário);
- h) verificar a chave de nível no sistema elétrico e trocar (se necessário);
- i) verificar no motor do ventilador e no motor da aleta difusora ruídos anormais, rolamentos, realizar teste de bobinamento, limpeza do equipamento e troca de peças ou do motor (se necessário);
- j) verificar o ventilador de arrefecimento do condensador, realizar teste auditivo, tátil e com multímetro, limpeza e troca (se necessário);
- k) fazer a verificação se o aquecedor de cárter está operando quando o compressor para, teste tátil e multímetro, reparos na fiação ou troca da resistência (se necessário);
- l) verificar condições de funcionamento dos disjuntores, contadores, fusíveis e chaves seccionadoras, realizar a troca (se necessário);
- m) verificar nas evaporadoras a resistência anti-condensação, trocar (se necessário);
- n) verificar no quadro de controle (incluindo inversor) sujeira e remover com escovas, terminais e conectores reapertando e reconectando se necessário;
- o) realizar nos Capacitores Eletrolíticos a aparência, capacitância e isolamento, teste visual e multímetro, e troca do equipamento, se necessário;
- p) verificar teste visual e com multímetro no Sensor de Temperatura (Termistor) e no Sensor de Pressão, e se necessário corrigir o cabeamento e fiação, ou troca do mesmo;
- q) verificar em todos rolamentos e mancais do sistema ruídos ou vibrações, efetuar a lubrificação dos mesmos e troca em caso de desgaste ou ruído anormal;
- r) verificar na estrutura, chassis e tampas, corrosão e pintura desgastadas, repintar (se necessário);
- s) verificar o isolamento termoacústico nas tampas e vedação das guarnições, reparando os trechos danificados;
- t) verificar os calços ou coxins de borracha quanto a deterioração ou esmagamento, substituindo de necessário;
- u) verificar o controle remoto, se o equipamento e tela de cristal líquido.

8.69.5. CENTRAIS DE ÁGUA GELADA (CHILLER)

8.69.5.1. ROTINA MENSAL

- a) limpar externa e internamente o condicionador;
- b) limpar e trocar (se necessário) os filtros de ar;
- c) limpar sistema de drenagem e bandeja de condensado;
- d) verificar e corrigir ruídos e vibrações anormais;
- e) verificar e corrigir fixação e alinhamento de polias do ventilador;
- f) verificar o estado e ajustar a tensão das correias;
- g) verificar e sanar vazamentos de água;
- h) verificar fechos das tampas e parafusos dos painéis, completando o que faltar;
- i) verificar acoplamentos e juntas flexíveis;
- j) verificar estado das conexões flexíveis dos dutos (se houver);
- k) limpar filtros de linha (de água);
- l) limpar casa de máquinas;
- m) medir diferencial de pressão;
- n) lavar o filtro com produto desengraxante e inodoro;
- o) pulverizar com óleo (inodoro) e escorrer, mantendo uma fina película de óleo;
- p) medir temperatura de insuflamento;
- q) medir temperatura do ar ambiente;
- r) medir temperatura do ar externo;
- s) verificar funcionamento do sensor, controlador e atuador da válvula de água gelada;
- t) verificar operação dos dispositivos de sinalização e alarme (se houver);
- u) verificar e corrigir fixação de terminais, cabos e conexões elétricas;

- v) verificar e ajustar parafusos de fixação dos componentes;
- w) verificar operação dos dampers e splitters (se houver);
- x) eliminar focos de oxidação;
- y) aplicar nas bandejas das máquinas produtos inibidores, visando evitar a proliferação de bactérias e fungos na água;
- z) lubrificar mancais (rolamentos não blindados) dos motores e ventiladores;
- aa) verificar e corrigir revestimentos protetores e isolamento térmico do gabinete, tubulações, válvulas e dutos;
- bb) verificar e eliminar as frestas dos filtros;
- cc) verificar e eliminar corpos e objetos estranhos à casa de máquinas;
- dd) verificar o funcionamento do dispositivo de segurança da casa de máquinas;
- ee) verificar e eliminar corpos e objetos estranhos da tomada de ar externa;
- ff) medir diferencial de pressão dos filtros de ar do fancoil e tomada de ar externo;
- gg) medir e registrar tensão, corrente, temperaturas de entrada e saída de ar do fancoil, entrada e saída de água gelada.

8.69.5.2. ROTINA TRIMESTRAL

- a) manobrar cada registro hidráulico do início ao fim do curso;
- b) verificar e ajustar regulação dos sensores de ambiente;
- c) verificar funcionamento das resistências de aquecimento e umidificação (se houver);
- d) verificar e ajustar atuação de válvula de 3 vias;
- e) verificar nível de água e funcionamento da boia de alimentação de água da caixa de umidificação (se houver);
- f) verificar e limpar serpentina;
- g) verificar e ajustar dispositivos de medição, controle e segurança (como relê térmico, termostato, manômetro, termômetro);
- h) verificar e limpar contatos das chaves magnéticas;
- i) medir razão de ar de insuflamento, retorno e tomada de ar externo;
- j) verificar e limpar rotores/hélices dos ventiladores.

8.69.5.3. ROTINA SEMESTRAL

- a) retocar a pintura;
- b) eliminar sujeira na tomada de ar externo;
- c) eliminar sujeira/corrosão em dutos e difusores;
- d) limpar rotores/ventiladores com jato de água;
- e) medir resistência de isolamento do motor ou motores.

8.69.6. TORRES DE ARREFECIMENTO

8.69.6.1. ROTINA MENSAL

- a) limpar externamente a torre;
- b) limpar filtro de sucção da tomada de água (se houver);
- c) limpar sistema de escoamento e drenagem da água (se houver);
- d) verificar e eliminar vazamentos de água e óleo (no redutor se houver);
- e) verificar e corrigir ruídos e vibrações anormais;
- f) verificar e corrigir fixação e alinhamento das polias do ventilador;
- g) verificar estado e ajustar a tensão das correias;
- h) verificar e reapertar flanges, abraçadeiras e mangotes;
- i) verificar e ajustar parafusos de fixação dos componentes;
- j) limpar internamente o quadro de comando;
- k) verificar e corrigir fixação de terminais, cabos e conexões elétricas;
- l) verificar botoeiras, interruptores e sinalizadores do quadro de comando;
- m) verificar fechos da tampa e parafusos do quadro de comando;
- n) eliminar focos de oxidação;
- o) medir e registrar tensão elétrica, corrente, temperatura de entrada e saída da água de condensação;
- p) lubrificar mancais (rolamentos não blindados) do motor, do ventilador e do redutor (se houver);
- q) conferir e regular (se necessário) termostato operação do ventilador;
- r) verificar eletrodutos e conduítes;
- s) verificar e corrigir nível de óleo do redutor (se houver);
- t) verificar operação do conjunto de ventilação e corrigir o que for necessário;
- u) medir correntes elétricas dos motores;

- v) medir temperatura de entrada da água de arrefecimento;
- w) medir temperatura de saída da água de arrefecimento;
- x) medir temperatura do ar externo.

8.69.6.2. ROTINA TRIMESTRAL

- a) manobrar cada registro hidráulico do início ao fim do curso;
- b) verificar e ajustar todos dispositivos de medição, controle e segurança (como relé térmico, termostato, manômetro, termômetro, temporizador e chave de fluxo);
- c) verificar e limpar contatos das chaves magnéticas;
- d) lubrificar mancais e rolamentos;
- e) verificar estado das correias e substituir se necessário;
- f) ajustar dispositivos de controle e proteção.

8.69.6.3. ROTINA SEMESTRAL

- a) verificar e corrigir revestimento de proteção da torre;
- b) verificar e limpar rotores/hélices dos ventiladores;
- c) trocar o óleo do redutor (se houver);
- d) retocar a pintura;
- e) medir resistência e isolamento dos motores;
- f) verificar e lubrificar registros das tubulações.

8.69.7. CONJUNTO MOTOBOMBA

8.69.7.1. ROTINA MENSAL

- a) limpar externamente bomba e motor;
- b) verificar e limpar sistema drenagem;
- c) verificar e limpar filtro de sucção;
- d) verificar funcionamento dos purgadores de ar;
- e) verificar e ajustar gaxetas da bomba;
- f) verificar e corrigir nível de óleo de bomba;
- g) verificar e corrigir ruídos e vibrações anormais;
- h) verificar e eliminar os vazamentos de água nas gaxetas dos registros e válvulas;
- i) verificar operação das chaves magnéticas;
- j) verificar dispositivos e circuito de comando;
- k) eliminar focos de oxidação;
- l) lubrificar mancais (rolamentos não blindados) do motor e da bomba;
- m) verificar funcionamento das válvulas de gaveta, globo e retenção;
- n) verificar e corrigir alinhamento e acoplamento do conjunto motobomba;
- o) verificar eletrodutos e conduítes;
- p) verificar e reapertar flanges, mangotes, abraçadeiras e juntas flexíveis;
- q) limpar internamente quadro de comando;
- r) verificar e ajustar parafusos de fixação da base;
- s) verificar e corrigir fixação de terminais, cabos e conexões elétricas;
- t) verificar botoeiras, interruptores e sinalizadores do quadro de comando;
- u) verificar dispositivos e circuitos de comando;
- v) eliminar focos de oxidação;
- w) Medir e registrar tensão e corrente;
- x) alternar o funcionamento das bombas.

8.69.7.2. ROTINA SEMESTRAL

- a) substituir o óleo da bomba;
- b) verificar e ajustar todos os dispositivos de medição, controle e segurança (como relé térmico, termômetros, manômetros e temporizadores);
- c) manobrar cada registro hidráulico do início ao fim do curso;
- d) verificar e limpar contatos elétricos;
- e) realizar a medição dos isolamentos dos motores;
- f) lubrificar registros hidráulicos;
- g) verificar fixação da bomba na base;
- h) verificar condições de operação e vazão.

8.69.7.3. ROTINA ANUAL

- a) inspecionar selo mecânico (se houver);

- b) inspecionar válvula de retenção;
- c) retocar pintura do conjunto motobomba, tubulações e acessórios.

8.69.8. QUADROS ELÉTRICOS DE FORÇA E COMANDO DEDICADOS

8.69.8.1. ROTINA MENSAL

- a) confecção de tabelas de tensões e correntes medidas;
- b) inspeção do estado dos fusíveis DIAZED, contadoras, disjuntores e relés;
- c) verificação da existência de ruídos anormais, elétricos ou mecânicos;
- d) limpeza dos quadros;
- e) verificação dos cabos de entrada e saída dos quadros de comando, evitando pontos de temperatura elevada;
- f) verificação e aperto dos parafusos dos contatos de porta-fusíveis, das contadoras e relés;
- g) verificação do equilíbrio das fases na saída dos disjuntores;
- h) limpeza dos contatos das chaves contadoras.

8.69.8.2. ROTINA TRIMESTRAL

- a) lubrificação das partes mecânicas dos equipamentos;
- b) limpeza dos contatos e da câmara de extinção dos disjuntores;
- c) ajuste de pressão e alinhamento dos contatos dos disjuntores;
- d) limpeza das bases e fusíveis;
- e) verificação da capa isolante e temperatura dos fios e cabos;
- f) teste de isolamento dos disjuntores;
- g) reparo dos bornes de ligação, fixação de equipamentos, componentes e ferragens;
- h) controle de carga de serviço das chaves e disjuntores;
- i) ajuste e regulação dos relés de comando.

8.69.8.3. ROTINA ANUAL

- a) medir a resistência dos contatos dos disjuntores e contadoras;
- b) medir isolamento e condutividade dos fios e cabos em geral;
- c) medir aterramento dos sistemas.

8.69.9. DUTOS DE DISTRIBUIÇÃO DE AR (INCLUSIVE DE AR EXTERNO)

8.69.9.1. ROTINA MENSAL

- a) verificação de sujeira, danos, corrosão e perfeita fixação das venezianas externas, grelhas, difusores;
- b) substituir filtros descartáveis obsoletos.

8.69.9.2. ROTINA TRIMESTRAL

- a) limpeza de venezianas externas, grelhas e difusores para o correto funcionamento;
- b) verificação de sujeira, danos e corrosão de dispositivos de bloqueio e balanceamento;
- c) substituir filtros descartáveis.

8.69.9.3. ROTINA SEMESTRAL

- a) verificação de sujeira (interna e externa), danos e corrosão em dutos e caixas pleno;
- b) verificação de vedação e estanqueidade do ar em operação normal das portas de inspeção;
- c) lubrificação das partes móveis de componentes (se necessário);
- d) eliminar focos de corrosão (se necessário);
- e) inspeção visual de danos na isolamento térmica dos dutos e caixas pleno;
- f) verificação de correto funcionamento de dispositivos de bloqueio e balanceamento;
- g) limpeza de dispositivos de bloqueio e balanceamento para o correto funcionamento.

8.69.10. EDIFICAÇÃO (AMBIENTES CLIMATIZADOS DE USO PÚBLICO E COLETIVO)

8.69.10.1. ROTINA SEMESTRAL

- a) monitorar parâmetros da qualidade do ar interior de ambientes de acordo com normas técnicas 001, 002 003 e 004 da Resolução ANVISA N° 9, de 2003.

8.70. A periodicidade das rotinas poderá ser alterada com aprovação da Contratante para melhoria da disponibilidade dos sistemas e da qualidade do ar interior, respeitadas as frequências mínimas da Resolução ANVISA N° 9, de 2003, e da Tabela 1 da ABNT NBR 15848:2010.

8.71. Todos os serviços realizados serão registrados no PMOC da unidade e verificados e atestados pela Fiscalização, sendo enviada cópia para gestão contratual.

LOCALIDADES E HORÁRIO DE ATENDIMENTO E FUNCIONAMENTO

Unidades Orgânicas	Endereço	Atendimento			Funcionamento		
		Início	Fim	Horas	Início	Fim	Horas

Unidades Orgânicas	Endereço	Atendimento			Funcionamento		
		Início	Fim	Horas	Início	Fim	Horas
APS ALEGRETE	RUA BENTO GONÇALVES, 592 FUNDOS CIDADE ALTA - RS. CEP: 97542130	08:00	14:00	06:00	07:00	18:00	11:00
APS ATENDIMENTO DEMANDAS JUDICIAIS PELOTAS	RUA BARÃO DE BUTUI. 316 CENTRO - RS. CEP: 96010330	08:00	18:00	10:00	07:00	19:00	12:00
APS ATENDIMENTO DEMANDAS JUDICIAIS SANTA MARIA	RUA VENÂNCIO AIRES, 2114 CENTRO - RS. CEP: 97010004	07:00	17:00	10:00	07:00	19:00	12:00
APS BAGÉ	RUA GOMES CARNEIRO, 1240 CENTRO - RS. CEP: 96400130	08:00	14:00	06:00	07:00	18:00	11:00
APS CAÇAPAVA DO SUL	RUA BARÃO DE CAÇAPAVA, 633 CENTRO - RS. CEP: 96570000	08:00	12:00	04:00	06:30	17:30	11:00
APS CACEQUI	RUA SETE DE SETEMBRO, 276 CENTRO - RS. CEP: 97450000	08:00	12:00	04:00	06:30	17:30	11:00
APS CACHOEIRA DO SUL	RUA GENERAL PORTINHO, 1785 CENTRO - RS. CEP: 96508064	07:00	13:00	06:00	06:30	18:00	11:30
APS CAMAQUÃ	AVENIDA ANTONIO DURO, 1130 OLARIA - RS. CEP: 96785226	08:00	14:00	06:00	07:00	18:00	11:00
APS CANGUÇU	RUA OSWALDO ARANHA, 295 CENTRO - RS. CEP: 96600000	08:00	14:00	06:00	07:00	18:00	11:00
APS CAPÃO DO LEÃO	AVENIDA NARCISO SILVA, 2220 CENTRO - RS. CEP: 96160000	08:00	12:00	04:00	07:00	18:00	11:00
APS DOM PEDRITO	RUA MOREIRA CÉSAR, 1046 CENTRO - RS. CEP: 96450000	08:00	12:00	04:00	07:00	18:00	11:00
APS ENCRUZILHADA DO SUL	RUA GENERAL OSÓRIO, 335 CENTRO - RS. CEP: 96610000	08:00	14:00	06:00	06:30	17:30	11:00
APS JAGUARÃO	AVENIDA 27 DE JANEIRO, 1156 CENTRO - RS. CEP: 96300000	08:00	14:00	06:00	07:00	18:00	11:00
APS PELOTAS	RUA ALMIRANTE BARROSO, 1883 CENTRO - RS. CEP: 96010280	07:00	13:00	06:00	07:00	18:00	11:00
APS PIRATINI	RUA CONCEIÇÃO PEREZ DE ÁVILA, 78 CENTRO - RS. CEP: 96490000	08:00	12:00	04:00	07:00	18:00	11:00
APS QUARAÍ	RUA SIAO, 70 - RS. CEP: 97560000	08:00	12:00	04:00	07:00	18:00	11:00
APS RIO GRANDE	RUA GENERAL BACELAR, 97 CENTRO - RS. CEP: 96200370	07:00	13:00	06:00	06:30	17:30	11:00
APS RIO PARDO	RUA ADOLFO PRISTCH, 504 CENTRO - RS. CEP: 96640000	07:00	13:00	06:00	06:30	17:30	11:00
APS ROSÁRIO DO SUL	RUA AMARO SOUTO, 1963 CENTRO - RS. CEP: 97590000	08:00	12:00	04:00	07:00	18:00	11:00
APS SANTA MARIA/RS	RUA VENÂNCIO AIRES, 2114 CENTRO - RS. CEP: 97010004	07:00	13:00	06:00	06:30	18:00	11:30
APS SANTA VITÓRIA DO PALMAR	RUA JOÃO DE OLIVEIRA RODRIGUES, 1797 CENTRO - RS. CEP: 96230000	08:00	12:00	04:00	07:00	18:00	11:00
APS SANTANA DO LIVRAMENTO	RUA SILVEIRA MARTINS, 464 CENTRO - RS. CEP: 97573508	07:00	13:00	06:00	07:00	18:00	11:00
APS SÃO GABRIEL/RS	PRAÇA CAMILO MÉRCIO, 77 CENTRO - RS. CEP: 97300362	07:00	13:00	06:00	07:00	18:00	11:00
APS SÃO JOSÉ DO NORTE	RUA ENG. FERNANDO DUPRAT DA SILVA, 607 CENTRO - RS. CEP: 96225000	08:00	12:00	04:00	07:00	18:00	11:00

Unidades Orgânicas	Endereço	Atendimento			Funcionamento		
		Início	Fim	Horas	Início	Fim	Horas
APS SÃO LOURENÇO DO SUL	RUA MARECHAL FLORIANO, 2174 CENTRO - RS. CEP: 96170000	08:00	14:00	06:00	07:00	18:00	11:00
APS TAPES	RUA CORONEL PACHECO, 1090 CENTRO - RS. CEP: 96760000	08:00	14:00	06:00	07:00	18:00	11:00
APS URUGUAIANA	RUA TIRADENTES, 2781 CENTRO - RS. CEP: 97501577	07:00	13:00	06:00	07:00	18:00	11:00
GEX PELOTAS	RUA BARÃO DE BUTUI, 316 CENTRO - RS. CEP: 96010330	-	-	-	07:00	19:00	12:00
GEX SANTA MARIA	RUA VENÂNCIO AIRES, 2114 CENTRO - RS. CEP: 97010004	-	-	-	07:00	19:00	12:00
GEX URUGUAIANA	RUA TIRADENTES 2781 CENTRO - RS. CEP: 97501577	-	-	-	07:00	19:00	12:00

MODELOS DE DOCUMENTOS

8.72. Todos os serviços realizados serão registrados no PMOC da unidade e verificados e atestados pela Fiscalização, sendo enviada cópia para gestão contratual, seguindo o modelo do Anexo da Portaria GM/MS N° 3523, de 1993, e as normas técnicas brasileiras atinentes.

8.73. Os serviços dos itens 5 e 6 serão executados por demanda da Contratante mediante emissão de ordem de serviço descrito no Apêndice VIII – Modelo de Ordem de Serviço.

8.74. Deverá ser emitido relatório de atendimento específico e separado para manutenção corretiva e preventiva, seguindo o modelo do Apêndice VII – Modelo de Relatório de Técnico de Visita.

8.74.1. Esse mesmo modelo pode ser usado para, antes da execução da manutenção corretiva, a Contratada apresentar relação detalhada de materiais do item 15.5. à fiscalização, deixando claro esse propósito no documento.

8.75. Os modelos poderão ser revisados com aprovação da fiscalização ao longo do contrato.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

9.1.1. Materiais de consumo com especificações técnicas compatíveis com a aplicação das instalações e requisitos da contratação, protegidos do desgaste precoce de forma viável, com características de qualidade de produção original ou melhor, novos senão aprovados pela fiscalização do contrato na condição justificada de mercado e em quantidade suficiente para manter a climatização disponível quando necessária;

9.1.2. Luvas de proteção contra agentes mecânicos, antiderrapantes na palma, aprovado para proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes, com CA válido, pelo menos um par;

9.1.3. Luvas de proteção contra agentes térmicos e mecânicos, aprovado para proteção das mãos do usuário contra agentes térmicos provenientes de operações de soldagens e processos similares, com CA válido, pelo menos um par;

9.1.4. Avental aprovado para proteção do tronco do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes e térmicos provenientes de operações de soldagem e processos similares, com CA válido;

9.1.5. Camisa aprovada para proteção do tronco e membros superiores do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes e térmicos provenientes de operações de soldagem e processos similares, com CA válido;

9.1.6. Calçado de segurança aprovado para proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve e contra agentes abrasivos e escoriantes, com CA válido, pelo menos um par;

9.1.7. Calça comprida aprovada para proteção das pernas do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes e térmicos provenientes de operações de soldagem e processos similares, com CA válido;

9.1.8. Óculos de segurança com proteção lateral aprovado para proteção dos olhos do usuário contra impactos de partículas volantes multidirecionais, com CA válido;

9.1.9. Máscara para respiração descartável aprovado para proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas e fumos (PFF2), com CA válido;

9.1.10. Máscara para brasagem aprovado para proteção dos olhos e face do usuário contra radiações provenientes de serviços de soldagem (W10) e contra raios ultravioleta (U), com CA válido;

9.1.11. Conjunto manifold, analógico ou digital, três ou mais vias, conexões macho SAE ¼" ou compatível com conectores das mangueiras, com válvulas para as vias de alta pressão, baixa pressão, vácuo e/ou carregamento/recuperação, visor de líquido, identificada para uso com R-22;

9.1.12. Conjunto manifold, analógico ou digital, três ou mais vias, conexões macho SAE 5/16" ou compatível com conectores das mangueiras, com válvulas para as vias de alta pressão, baixa pressão, vácuo e/ou carregamento/recuperação, visor de líquido, identificada para uso com R-410A;

9.1.13. Mangueira com conexões fêmeas SAE ¼", pressão de serviço 500 psi, pressão de ruptura 2500 psi, comprimento mínimo de 90 cm, 3 unidades identificadas para uso com R-22, sem rachaduras, vedação em bom estado;

9.1.14. Mangueira com conexões fêmeas SAE 5/16", pressão de serviço 800 psi, pressão de ruptura 4000 psi, comprimento mínimo de 90 cm, 3 unidades identificadas para uso com R-410A, sem rachaduras, vedação em bom estado;

9.1.15. Recolhedora de fluido refrigerante para operação com R-22 e R-410A, com filtro secador tipo uma direção, na linha de sucção e compatível com o refrigerante recolhido, alimentação elétrica compatível com fornecimento local;

9.1.16. Extrator de válvula de serviço Schrader;

9.1.17. Cilindro de recolhimento com pressão de serviço de 400 PSI ou mais, com válvulas de segurança e volume mínimo de 6 L, uma unidade identificada para uso com R-22 e outra unidade para uso com R-410A;

9.1.18. Bomba de vácuo, vazão de referência 7,1 m³/h (4,2 CFM), duplo estágio com válvula de balastro de gás, alimentação elétrica compatível com fornecimento local;

9.1.19. Vacuômetro calibrado, preferencialmente eletrônico, faixa de medição de referência de 0 a 9000 µmHg, resolução máxima de 1 µmHg, alimentação elétrica por bateria/pilha;

9.1.20. Balança eletrônica, faixa de medição de referência de 0 a 15 kg, tara, resolução de referência de 5 g, alimentação elétrica por bateria/pilha;

9.1.21. Termômetro de contato, faixa de medição de referência de 0 a 50 °C, resolução de referência de 0,5 °C, alimentação elétrica por bateria/pilha;

9.1.22. Alicate amperímetro e multímetro digital, leitura de corrente AC, Tensão AC e DC, resistência e continuidade (sonoro), alimentação elétrica por bateria/pilha;

9.1.23. Megôhmetro, tensão DC de teste de referência 250 ou 500 ou 1000 V, alimentação elétrica por bateria/pilha;

9.1.24. Manômetro de pressão diferencial, faixa de medição de referência de 0 a 100 hPa, resolução de referência de 0,01 hPa, com mangueiras compatíveis;

9.1.25. Alicate universal, tamanho de referência 8", forjado em aço cromo vanádio, isolamento elétrica 1000 V AC, conformidade com NBR9699 e NR10;

9.1.26. Chaves de fenda e dupla fenda (Philips) com isolamento no cabo e na haste, tamanhos de referência 3x75 mm – 5x100 mm – 6x150 mm e cotoco, conformidade com NBR9699 e NR10;

9.1.27. Chaves hexagonais (Allen), tamanhos de referência 3/4/5/6/8 mm, em aço cromo vanádio;

9.1.28. Trena, fita metálica flexível, resolução milimétrica, faixa de medição de referência de zero a 5 m (cinco metros);

9.1.29. Nível, 20 a 50 cm de comprimento de referência;

9.1.30. Tesoura em aço inoxidável, cabo em plástico resistente, corte reto, tamanho de referência 16 cm;

9.1.31. Estilete de segurança, com lâmina na carga, tamanho de referência 18 mm;

9.1.32. Chave ajustável, duas unidades, aço cromo vanádio, tamanho de referência 8" ou 12";

9.1.33. Torquímetro, faixa de medição mínima de 10 Nm a 70Nm, com chaves de boca aberta para conexões de ¼", 3/8", ½" e 5/8" pelo menos;

9.1.34. Paquímetro universal, resolução máxima de referência 0,05 mm, faixa de medição mínima de referência de 0 a 150 mm;

9.1.35. Cortador de tubos, escareador, interno e externo, conjunto flangeador e alargador, soquete expensor ou expensor de tubos, para diâmetros de referência de ¼" a 1 ½";

9.1.36. Cortador de tubos capilares;

9.1.37. Escova manual com cerdas de aço, 3 ou 4 fileiras, com cabo;

9.1.38. Curvador de tubos, faixa de ângulo de referência de 0 a 180°, para de tubos de diâmetro externo de ¾" a 1 ¼";

9.1.39. Equipamento de brasagem com cilindro de combustível, cilindro de oxigênio, reguladores de pressão em pressão de cilindro e de trabalho conforme EN ISO 2503, válvula de segurança corta fogo, mangueiras, válvula de retenção unidirecionais, maçarico e acendedor de maçarico;

9.1.40. Cilindro de nitrogênio para uso em sistemas de ar condicionado;

- 9.1.41. Saca polia;
- 9.1.42. Borrifador de água com reservatório;
- 9.1.43. Pente de aletas para serpentinas, espaçamento universal;
- 9.1.44. Extensão, compatível com potência dos equipamentos, tamanho de referência 10 m;
- 9.1.45. Pincel, tamanho de referência de 1 ½”;
- 9.1.46. Balde, volume de referência de 12 L, com alça;
- 9.1.47. Rodo, tamanho de referência do corpo de 45 cm, tamanho de referência do cabo de 1,40 m;
- 9.1.48. Mangueira de material reforçado, diâmetro mínimo de ½”, comprimento mínimo de 7,5 m, acoplamento com conexão roscada nas extremidades;
- 9.1.49. Esguicho ou gatilho, compatível com a mangueira disponibilizada;
- 9.1.50. Pano de limpeza, em algodão ou material absorvente semelhante, em bom estado;
- 9.1.51. Lavadora de alta pressão ou própria para limpeza de sistemas de climatização, nível de potência acústica menor que 90 dB(A), alimentação elétrica e vazão de água compatível com fornecimento local;
- 9.1.52. Saneante para uso em sistemas de climatização e aprovado pela ANVISA;
- 9.1.53. Escada de alumínio, articulada, seis degraus de referência, capacidade de carregamento de referência de 100 kg;
- 9.1.54. Andaime, de acordo com ABNT NBR 6494;
- 9.1.55. Furadeira de impacto ou martelo, alimentação elétrica compatível com fornecimento local;
- 9.1.56. Jogo de brocas para concreto, bitolas de referência Ø 4, 5, 6 e 8 mm, compatível com furadeira ou martelo disponibilizado;
- 9.1.57. Serra copo para concreto, tamanho de referência 60 mm, compatível com furadeira de impacto ou martelo disponibilizado;
- 9.1.58. Compasso externo, medidor com ajuste, em aço, tamanho de referência da abertura 20 cm;
- 9.1.59. Régua milimétrica, em aço inoxidável, faixa de medição de referência de 30 cm, marcação adicional em fração do sistema inglês em polegadas;
- 9.1.60. Caneta com mina cor prata ou giz (somente se aplicado isolamento térmico preto);
- 9.1.61. Caneta esferográfica cor azul ou preta;
- 9.1.62. Lápis carpinteiro apontado;
- 9.1.63. Unidade HEPA (alta eficiência de separação de partículas) para coleta de resíduos de dutos, de acordo com ABNT NBR 14679;
- 9.1.64. Conjunto de escovas rotativas automáticas para limpeza de dutos de distribuição de ar;
- 9.1.65. Compressor de ar apropriado para limpeza de dutos e alimentação elétrica na tensão local;
- 9.1.66. Amostrador de ar por impactação com acelerador linear, conforme NT 001 da Resolução ANVISA N° 9, de 2003;
- 9.1.67. Sensor infravermelho não dispersivo ou célula eletroquímica de leitura direta de concentração de dióxido de carbono no ar, conforme NT 002 da Resolução ANVISA N° 9, de 2003;
- 9.1.68. Termo-higrômetro conforme NT 003 da Resolução ANVISA N° 9, de 2003;
- 9.1.69. Anemômetro conforme NT 003 da Resolução ANVISA N° 9, de 2003;
- 9.1.70. Conjunto unidade de captação, suporte de filtro, porta-filtro e bomba de amostragem conforme NT 004 da Resolução ANVISA N° 9, de 2003.
- 9.2. Quando não especificada, a quantidade é de, pelo menos, uma unidade em bom estado de uso disponível por profissional que necessite do material para a execução de serviços contratados.
- 9.3. Os certificados de calibração dos instrumentos de medição deverão ser apresentados quando solicitados pela fiscalização.
- 9.4. O profissional disponibilizado deverá estar apto a aplicar os materiais e operar os equipamentos, ferramentas e utensílios na execução de serviços do contrato e de acordo com manuais dos fabricantes e normas pertinentes.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1. A simples previsão dos quantitativos indicados na planilha de serviços por demanda não gera à Contratada o direito de requerer qualquer pagamento a título indenizatório com base nos valores previstos. A expectativa de contratação de tais serviços será satisfeita na medida da necessidade apresentada pela Administração, podendo inclusive alguns dos itens, ainda que tenham sido previstos, jamais venham a ser solicitados.

10.1.2. A Contratada não poderá, em hipótese alguma, alegar descumprimento e/ou atraso na execução das demais parcelas do objeto contratual em razão da emissão de ordens de serviços por demanda.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Providenciar portaria de designação específica para fiscalização de cada contrato, com atestado de recebimento pelo designado e que constem claramente as atribuições e responsabilidades, de acordo com o estabelecido pela Lei 8.666/93 em seu artigo 67;

11.2. Designar fiscais considerando a formação acadêmica ou técnica do servidor/funcionário, a segregação entre as funções de gestão e de fiscalização do contrato, bem como o comprometimento concomitante com outros serviços ou contratos, de forma a evitar que o fiscal responsável fique sobrecarregado devido a muitos contratos sob sua responsabilidade;

11.3. Realizar sistematicamente o acompanhamento dos trabalhos realizados pelos fiscais;

11.4. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.5. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços durante a vigência do contrato, por servidor ou comissão competente e especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.6. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.7. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.8. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.9. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.9.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.9.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.9.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

11.9.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.10. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.12. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.13. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.14. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993;

11.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela Contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências ou em local por ela designado.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços, considerada anormal a ocorrência que permita situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais;

12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.11. Promover a identificação de propriedade, guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e, durante o prazo estipulado, a garantia da execução;

12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, bem como eximir-se de utilizar o nome do INSS para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, sem autorização prévia da instituição;

12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

12.23. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

12.24. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

12.25. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

12.26. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

12.27. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

12.28. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;

12.29. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

12.30. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

12.31. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;

12.32. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

12.33. Providenciar junto ao conselho profissional competente os documentos de responsabilidade técnica de cada parcela do objeto do contrato, nos termos das normas pertinentes;

12.34. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

12.35. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus apêndices, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício aparente ou de fácil constatação, pelo prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

12.35.1. Obstar a decadência:

12.35.1.1. a reclamação comprovadamente formulada pela Contratante perante a Contratada até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca;

12.35.1.2. a instauração de inquérito civil, até seu encerramento.

12.35.2. Prescreve em 5 (cinco) anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço prevista na Seção II do Capítulo IV do Código de Defesa do Consumidor, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.

12.35.3. Prazos superiores deverão ser acessíveis à Contratante quando cumpridos os critérios da oferta no mercado.

12.36. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei Nº 12.305, de 2010 – Política Nacional dos Resíduos Sólidos, na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, quando aplicáveis, nos seguintes termos:

12.36.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

12.36.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da

contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

12.36.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

12.36.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

12.36.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

12.36.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

12.37. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá:

12.37.1. dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

12.37.2. lançar resíduos sólidos ou rejeitos originários da contratação em praias, no mar ou quaisquer recursos hídricos;

12.37.3. lançar resíduos sólidos ou rejeitos in natura a céu aberto, excetuados resíduos de mineração;

12.37.4. queimar resíduos sólidos ou rejeitos a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para a atividade;

12.37.5. deixar de segregar resíduos sólidos na forma estabelecida para a coleta seletiva, quando a referida coleta for instituída pelo titular do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;

12.37.6. dar destino final inadequado a pilhas e baterias usadas, de quaisquer tipos ou características, tais como:

12.37.6.1. lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;

12.37.6.2. queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;

12.37.6.3. lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

12.38. Providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada.

12.39. Disponibilizar pilhas e baterias com composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012;

12.40. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

12.41. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

12.42. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

12.43. Não impedir ou dificultar a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou de mobilidade reduzida de acessar o interior das edificações, deixando pelo menos um dos acessos livre de qualquer material relacionado ao serviço que se torne um obstáculo.

12.43.1. Pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deve estar livre de qualquer material relacionado ao serviço que se torne um obstáculo ao acesso de pessoa portadora de deficiência ou de mobilidade

reduzida.

12.44. Usar produtos de limpeza que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

12.45. Adotar medidas para o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto Estadual nº 48.138, de 8 de outubro de 2003, do Estado de São Paulo;

12.46. Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes seguras, sempre que possível;

12.47. Participar das ações previstas no Plano Municipal de Gestão Integrada de resíduos sólidos, caso tenha firmado acordo ou termo de compromisso com município.

12.48. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a Contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado de óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo os seguintes procedimentos:

12.48.1. recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, de modo a não contaminar o meio ambiente, e adotar as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

12.48.2. providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

12.48.3. exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

12.49. Não utilizar, na execução dos serviços, qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO banidas pelo Protocolo de Montreal;

12.50. Na execução dos serviços, a Contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003 e da Instrução Normativa Ibama, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:

12.50.1. Não é permitida a liberação intencional de substância controlada na atmosfera durante as atividades que envolvam sua comercialização, envase, recolhimento, regeneração, reciclagem, destinação final ou uso, assim como durante a instalação, manutenção, reparo e funcionamento de equipamentos ou sistemas que utilizem essas substâncias;

12.50.2. Durante os processos de retirada de substâncias controladas de equipamentos ou sistemas, é obrigatório que as substâncias controladas sejam recolhidas apropriadamente e destinadas aos centros de regeneração e/ou de incineração;

12.50.3. É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final;

12.50.4. As substâncias a que se refere este artigo devem ser acondicionadas adequadamente em recipientes que atendam a norma aplicável;

12.50.5. É vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2402;

12.50.6. Quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2º e parágrafos da citada Resolução;

12.50.7. A SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente.

12.50.7.1. quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros

de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração;

12.50.7.2. é obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final.

12.51. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

12.52. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos;

12.53. Em se tratando do regime empreitada por preço global ou empreitada integral a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do licitante ou contratado com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

12.54. Assumir a responsabilidade legal, administrativa e técnica pela ordeira execução dos serviços e pela qualidade dos mesmos.

12.55. Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006.

12.56. Responsabilizar-se civil e criminalmente por todos os atos e omissões que seus empregados e/ou prepostos, direta ou indiretamente, cometerem no interior das Unidades do INSS.

12.57. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração.

12.58. Assumir a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, seguro de acidente do trabalho, que incidam ou venham a incidir sobre os equipamentos, insumos e serviços objeto do Contrato e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela Contratante.

12.59. Zelar pela descrição e integridade durante a execução dos serviços.

12.60. Assegurar à Contratante o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com a técnica atual, normas ou especificações que atentem contra a sua segurança ou de terceiros, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização da Contratante eximirá a Contratada de suas responsabilidades provenientes do Contrato.

12.61. Permitir o livre acesso da Contratante a toda documentação correlata do contrato, a retirada de documentos para diligências, independentemente de prévia comunicação à Contratada.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

13.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, assim definida:

13.1.1.1. Manutenção preventiva e corretiva de sistemas de climatização.

13.1.2. As análises laboratoriais das Normas Técnicas da Resolução ANVISA N° 9, de 2003, e sua responsabilidade técnica devem obrigatoriamente estar desvinculadas das atividades de limpeza, manutenção e comercialização de produtos destinados ao sistema de climatização.

13.1.3. Podem ser subcontratados o fornecimento de material de consumo, componentes, peças, ferramentas, equipamentos, instrumentos utilizados na execução e a prestação de serviços de remanejamento de condicionadores de ar tipo mini-split; de limpeza mecânica interna de dutos de distribuição de ar; de avaliação e controle da qualidade do ar interior; de assistência técnica e conserto de componentes elétricos e eletrônicos complexos dos sistema de climatização, como o rebobinamento de motor e diagnóstico de falha de central VRF/VRV; de tratamento de resíduos e eventual reuso, reciclagem, regeneração ou descarte ambientalmente adequado.

13.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

13.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações

contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

13.4. Não haverá obrigação de subcontratação de parte do objeto de microempresas, empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual – MEI ou sociedades cooperativas.

13.5. É vedada a participação de consórcios na licitação.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A contratação foi planejada para, pelo menos, a participação dos seguintes atores na gestão do contrato:

15.2.1. Gestor do Contrato e substituto (Contratante), por contrato;

15.2.2. Fiscal Técnico e substituto (Contratante), por contrato;

15.2.3. Fiscal Setorial e substituto (Contratante), por responsável pela edificação;

15.2.4. Responsável Técnico (Contratada), por parcela do objeto de sua competência;

15.2.5. Preposto e substituto (Contratada), por contrato.

15.2.5.1. O Responsável Técnico pode acumular a atribuição de preposto.

15.3. Os mecanismos de comunicação poderão ser: reuniões presenciais ou por videoconferência, mensagens eletrônicas de texto, áudio ou vídeo, correio eletrônico, correspondência, documentos e mídia física e telefonemas.

15.3.1. O preposto da Contratada será cadastrado como usuário externo do Sistema Eletrônico de Informações – SEI do órgão para que a manifestação formal da Contratada seja protocolada diretamente no sistema preferencialmente.

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

15.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

15.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

15.16.1. Dar ciência à indicação e designação, tendo conhecimento de suas atribuições;

15.16.2. Atuar em suas atribuições conforme indicação e designação por ato formal;

15.16.2.1. Nos casos de atraso ou falta de indicação, de desligamento ou afastamento extemporâneo e definitivo do gestor ou fiscais e seus substitutos, até que seja providenciada a indicação, a competência de suas atribuições caberá ao responsável pela indicação ou conforme previsto em normativo do INSS.

15.16.3. Acessar e conhecer cópias dos documentos essenciais da contratação, a exemplo do Estudos Técnicos Preliminares, do ato convocatório e seus anexos, do contrato, da proposta da Contratada, da garantia e demais documentos indispensáveis;

15.16.4. Expor ao superior hierárquico as deficiências e limitações técnicas que possam impedir o diligente cumprimento do exercício de suas atribuições quando for indicado, se for o caso.

15.16.5. Qualificar-se para o desempenho de suas atribuições, se for o caso.

15.16.6. Solicitar, antes do início da prestação dos serviços, designação formal de preposto da Contratada para representá-la na execução do contrato, sendo precedida de indicação da Contratada e aprovação da Contratante, sujeito à substituição justificada pela Contratante;

15.16.7. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

15.16.7.1. os resultados alcançados em relação à Contratada, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

15.16.7.2. os recursos humanos empregados em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

15.16.7.3. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

15.16.7.4. a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

15.16.7.5. o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

15.16.7.6. a satisfação do público usuário.

15.16.8. O fiscal técnico controlará a emissão e recebimento provisório de ordens de serviço preferencialmente.

15.16.9. Os atos de fiscalização devem ser produzidos por escrito, em vernáculo, com a data e o local de sua realização e a assinatura do responsável.

15.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o procedimento previsto no Apêndice VI – Instrumento de Medição de Resultado (IMR), devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.2. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções

cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.2.1. não produziu os resultados acordados;

16.2.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.2.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo:

17.1.1. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual da etapa e documento com relação detalhada de material/técnica/equipamento, quantidade e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso, referente à etapa seguinte;

17.1.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no cronograma estiverem executados em sua totalidade, alcançando o resultado pretendido na meta.

17.1.3. A documentação técnica produzida deverá ser atestada pelo Responsável Técnico.

17.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.2.1. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.2.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

17.2.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.2.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.2.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da Contratada, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.2.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.2.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.2.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.3. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos

prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

17.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a Contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

18.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.5.1. o prazo de validade;

18.5.2. a data da emissão;

18.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

18.5.4. o período de prestação dos serviços;

18.5.5. o valor a pagar; e

18.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n.

5/2017, quando couber.

18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = TX (percentual da taxa diária)

TX = 6% (percentual da taxa anual)

$I = (6/100)/365 = 0,00016438$

19. REAJUSTE

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis pelo prazo de um ano contado da data do orçamento da Administração, em observância ao art. 40, inciso XI, da Lei N° 8.666, de 1993.

19.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e a partir do pedido da Contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano da referência acima mencionada, aplicando-se o Índice Nacional de Custo da Construção – Mercado (INCC-M), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

20.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

20.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

20.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

20.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das

demais obrigações nele previstas;

20.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

20.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

20.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

20.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

20.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

20.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

20.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

20.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

20.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

20.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

20.10. Será considerada extinta a garantia:

20.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

20.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

20.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

20.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

b) ensejar o retardamento da execução do objeto;

c) fraudar na execução do contrato;

d) comportar-se de modo inidôneo; ou

e) cometer fraude fiscal.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) Multa de:

(1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

(4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das

tabelas 1 e 2, abaixo; e

(5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

(6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

21.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato, resultante da média aritmética simples do valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato, resultante da média aritmética simples do valor do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato, resultante da média aritmética simples do valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato, resultante da média aritmética simples do valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato, resultante da média aritmética simples do valor do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais, por unidade administrativa ou de atendimento da Contratante;	4
3	Manter profissional sem qualificação para executar os serviços contratados, por profissional;	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço;	2
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
6	Substituir profissional que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por profissional;	1
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato, por preposto;	1
9	Providenciar treinamento para seus profissionais conforme previsto na relação de obrigações da Contratada, por profissional.	1

21.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

22.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

22.3.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais), em plena validade;

22.3.2. Comprovação da capacitação técnico-operacional mediante apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação:

22.3.2.1. Execução de serviço de manutenção em sistemas de climatização com capacidade de refrigeração de 255 TR (duzentos e cinquenta e cinco toneladas de refrigeração) ao longo de quatro meses;

22.3.2.2. Referindo-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

22.3.2.3. Expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

a) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante;

b) Serão aceitos atestados de serviços prestados a organizações públicas e privadas, sem distinção, nem rejeição devido à sua antiguidade.

c) A comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, quando solicitada às licitantes, será feita pela disponibilização de todas as informações necessárias, tais como cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT/CRT), endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços de engenharia ou de técnica industrial, dentre outros documentos.

22.3.3. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CRT da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou o Termo de Responsabilidade Técnica – TRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

22.3.3.1. Para o Engenheiro Mecânico, Técnico Industrial ou equivalente: execução de serviços de manutenção em sistemas de climatização com unidades autônomas ou centrais com mais de 10 TR.

22.3.3.1.1. A dúvida de atribuição profissional para responsabilidade técnica pela execução de parcela do objeto contratado será esclarecida pelo conselho profissional competente.

22.3.3.2. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão, além de participar dos serviços objeto da licitação, pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

22.3.3.3. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

22.3.3.4. Com base no artigo 43, § 3o, da Lei Nº 8.666, de 1993, o INSS se reserva o direito de consultar o CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais), para comprovar o vínculo empregatício do(s) responsável(is) técnico(s) detentor(es) dos atestados com a licitante.

22.3.4. Declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico, considerados essenciais para a execução contratual, a saber:

22.3.4.1. Serviço de telefonia e internet para aparelhos de uso de preposto na comunicação com os representantes da Contratante;

22.3.4.2. Recursos humanos do item 8.64.;

22.3.4.3. Recursos materiais do item 9.1.

22.3.5. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável

22.3.5.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a Contratante.

22.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

22.4.1. Valor global: máximo de R\$ 533.301,27 (quinhentos e trinta e três mil trezentos e um reais e vinte e sete centavos).

22.4.2. Valores unitários máximos: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital, tais como no quadro de itens do objeto em 1.1. e nas composições de custos unitários dos serviços de remanejamento.

22.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

22.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

23.1. O valor máximo aceitável para a contratação é de R\$ 533.301,27 (quinhentos e trinta e três mil trezentos e um reais e vinte e sete centavos), definido pela estimativa de preços do orçamento da Administração com contribuição previdenciária patronal (não desoneração da folha de pagamento), nele citadas as fontes de preços referenciais e respectivas datas-bases.

23.1.1. O orçamento da Administração com contribuição previdenciária sobre a receita bruta (desoneração da folha de pagamento) NÃO será o limite do critério por ser de R\$ 535.209,33 (quinhentos e trinta e cinco mil duzentos e nove reais e trinta e três centavos).

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

24.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação discriminada no Edital.

Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Apêndices:

- Apêndice I – Estudos Técnicos Preliminares (SEI [6953568](#))
- Apêndice II – Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços (SEI [7645631](#))
 - Planilha de Orçamento Sintético (SEI [7645771](#))
 - Planilha de Orçamento Analítico (SEI [7645787](#))
 - Planilha de Composições com Preços Unitários (SEI [7645803](#))
 - Planilha de Curva ABC de Insumos (SEI [7645828](#))
 - Planilha de Curva ABC de Serviços (SEI [7645836](#))
- Apêndice III – Planilha de Composição de BDI (SEI [7645853](#))
- Apêndice IV – Planilha de Encargos Sociais (SEI [6534895](#))
- Apêndice V – Planilha de Composição de Custos Unitários (Remanejamento) (SEI [7645877](#))
- Apêndice VI – Instrumento de Medição de Resultado (IMR) (SEI [6537854](#))
- Apêndice VII – Modelo de Relatório de Técnico de Visita (SEI [6542327](#))
- Apêndice VIII – Modelo de Ordem de Serviço (SEI [6542638](#))
- Apêndice IX – Documentos referentes à responsabilidade técnica (ART referentes à totalidade das peças técnicas produzidas por profissional habilitado, consoante previsão do art. 10 do Decreto n. 7983/2013) (SEI [6540869](#))

Município de Florianópolis/SC, 8 de junho de 2022.

RODRIGO WALTER UHLMANN

Analista do Seguro Social

Engenheiro Mecânico – CREA/SC 098094-5



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO WALTER UHLMANN, Analista do Seguro Social**, em 08/06/2022, às 10:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7739839** e o código CRC **270E9A23**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 35014.230682/2021-41

SEI nº 7739839

Criado por [rodrigo.uhlmann](#), versão 2 por [rodrigo.uhlmann](#) em 08/06/2022 10:01:20.